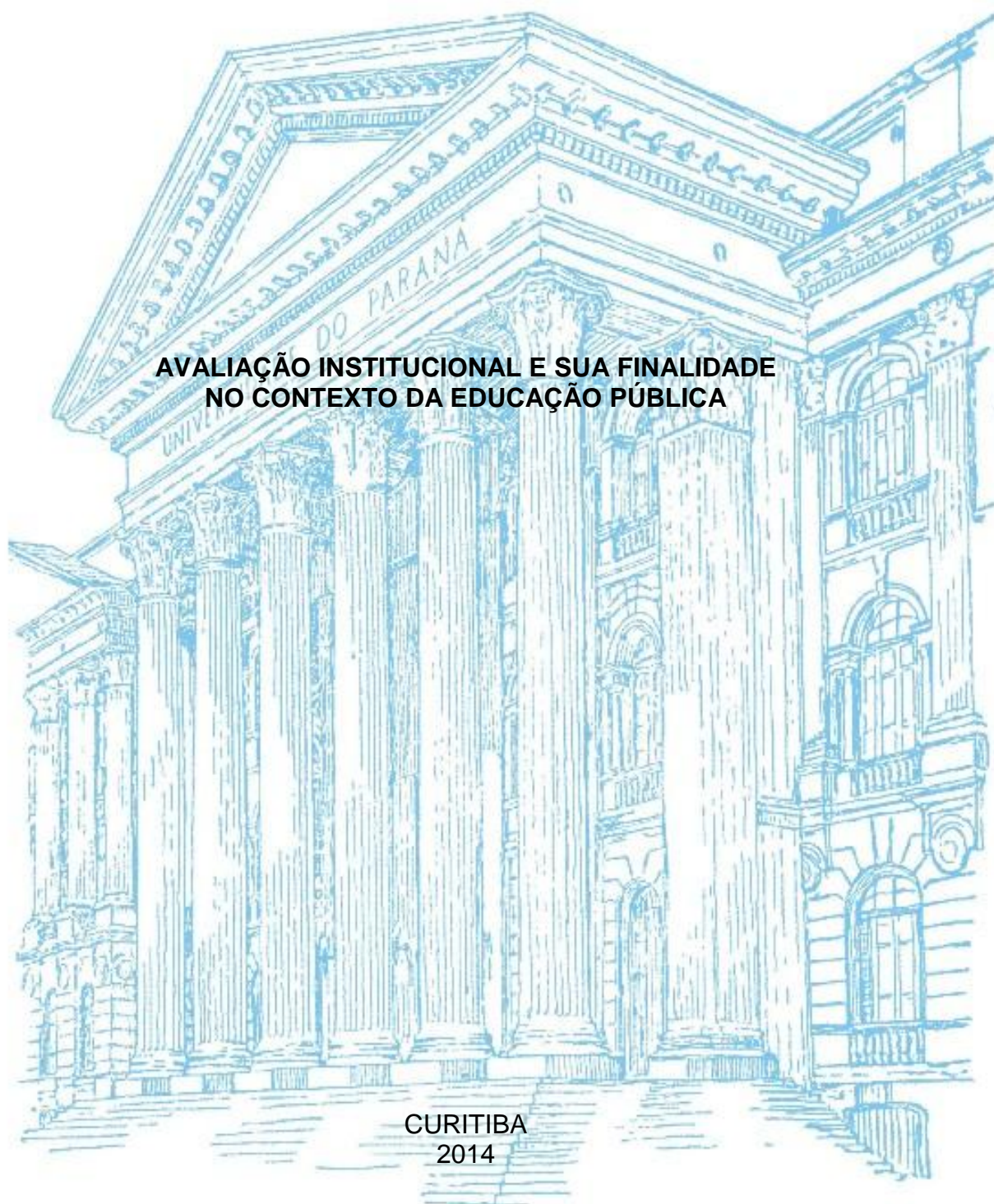


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MÁRCIA REGINA VENDRUSCOLO KAIBER

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SUA FINALIDADE
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MÁRCIA REGINA VENDRUSCOLO KAIBER



**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SUA FINALIDADE
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.^a Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa

CURITIBA
2014

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SUA FINALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Márcia Regina Vendruscolo Kaiber*

Resumo: A avaliação de forma geral tem sido evidenciada nas discussões educacionais nos últimos anos, destacando-se a expressiva mobilização sobre a avaliação institucional, dada sua importância para o desenvolvimento qualitativo da educação. O principal objetivo deste estudo é entender a importância da avaliação institucional para o processo de desenvolvimento da instituição escolar pública enquanto um recurso de diagnóstico da realidade bem como para a mudança desta. Além disso, se propõe a entender como alunos, professores e funcionários percebem algumas questões, tais como: a finalidade da avaliação institucional; relação entre avaliação e o processo qualitativo da educação pública; avaliação institucional como instrumento de diagnóstico da realidade escolar no contexto da escola pública; possibilidades de mudanças institucionais e pedagógicas a partir dos indicadores. Este trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliografia documental e de caso, tendo por espaço de investigação uma escola estadual pública situada na cidade de Palotina/PR. A pesquisa se desenvolveu por meio da metodologia da problematização, utilizando-se a técnica de observação e aplicação de questionários semi-estruturados, aplicados aos sujeitos da pesquisa constituídos por professores, alunos, direção, equipe pedagógica e funcionários de todos os setores, que trabalham no estabelecimento escolar observado, no período diurno, e que integram o processo da educação básica (Ensino Fundamental – séries finais e Ensino Médio). Os dados foram analisados destacando-se alguns pontos em comum dos dois questionários (um ofertado para os alunos e outro para os funcionários). A base teórica se firma no posicionamento de Berbel (1998); Colombo e Berbel (2007); Souza (1990, 1999, 2006) e Libaneo (2001) entre outros autores que discorrem sobre a avaliação institucional bem como sobre a metodologia da problematização. Constatou-se que a avaliação institucional se constitui em um instrumento que tem por finalidade evidenciar a realidade escolar, expondo suas fragilidades e potencialidades, podendo ser utilizada como um importante elemento de transformação. Para que isso aconteça, porém, é preciso avançar para além de meros diagnósticos dissociados do contexto social, histórico, cultural, econômico e político no qual a escola e os sujeitos estão inseridos.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Educação Pública. Qualidade da educação.

*Artigo produzido pela aluna Márcia Regina Vendruscolo Kaiber do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof.ª Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa. E-mail: marciakaiber_2@hotmail.com.

Introdução:

No contexto educativo, a discussão sobre a avaliação institucional tem se evidenciado nos últimos anos, em função de sua complexidade e relevância enquanto processo social e histórico. Essas discussões, mobilizadas por contradições teóricas e práticas, possibilitam um repensar sobre a práxis pedagógica assim como sobre seus resultados de maneira mais concisa, a partir de diagnósticos realizados no processo educativo, para além da sala de aula.

Observando-se o cotidiano escolar, nota-se que a escola constitui-se em um espaço vivo, dinâmico, no qual as pessoas assim como os papéis que elas exercem interferem significativamente, de forma direta ou indiretamente no processo educativo. Os setores administrativos, estruturais e pedagógicos da escola, são instrumentos que apontam informações relevantes sobre como a escola desenvolve sua finalidade educativa.

A partir dessa constatação, é possível refletir sobre a realidade da escola a partir de um processo constante de avaliação que possa apresentar a identidade da escola através de seus próprios membros, considerando que todas as ações desenvolvidas nesse espaço merecem atenção sendo integrantes do processo educativo.

Nesse sentido, é pertinente ter como tema de estudo a avaliação institucional, partindo do pressuposto de que essa pode ser um subsídio importante para o processo de reconhecimento da realidade escolar, do fazer pedagógico de maneira contextualizada, considerando-se todos os componentes constituintes do ambiente escolar.

Este estudo busca responder às seguintes questões: Qual é a finalidade da avaliação institucional? Que relação pode ser feita com o processo qualitativo da educação pública? Como a avaliação institucional pode ser instrumento de diagnóstico da realidade escolar no contexto da escola pública? Em que medida seus indicadores possibilitam mudanças institucionais e pedagógicas?

Não satisfeitos com os resultados das avaliações do sistema, junto ao coletivo da escola, começamos a analisar o que esses refletem para além da posição estatística apresentada. Questionamos até que ponto nossa competência e identidade estão explícitas ali, e o que está implícito?

Confiantes na autonomia da escola e na função de coordenação pedagógica, busca-se de forma legítima e singular explicações sobre aquilo que está retratado externamente e o que de fato internamente é experienciado em nosso fazer pedagógico.

Esta pesquisa se constitui em um estudo documental, tendo por base a análise da proposta pedagógica encaminhada pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, para o início das atividades letivas, a qual possui dados avaliativos da escola organizados por relatórios referentes aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A proposta encaminhada teve por finalidade mobilizar a reflexão sobre a realidade escolar, sobre seus dados explícitos nos resultados do IDEB. Por meio desse de olhar para a realidade escolar, reconhece-se que a escola não possuía um processo de avaliação institucional que pudesse favorecer a observação de sua realidade de maneira mais ampla, considerando que os dados do IDEB, constituem-se em uma parte específica da escola, que se refere à média sem oferecer condições para o entendimento da escola em sua totalidade. E disso decorreu o desejo de estudar e pesquisar sobre a Avaliação Institucional, com o objetivo de entender a importância da avaliação institucional para o processo de desenvolvimento da instituição escolar pública enquanto um recurso de diagnóstico da realidade assim como para a mudança desta. Além disso, objetiva observar alguns aspectos relativos à escola em foco, considerando a informações obtidas pelos alunos, professores e funcionários.

A abordagem metodológica se fundamenta na “problematização”, tendo como etapa inicial a observação da realidade de uma determinada escola pública, identificando fragilidades e potencialidades do contexto observado. Para Gil (2008), a observação constitui-se como elemento fundamental para a pesquisa, desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, tendo um papel fundamental no processo pesquisa. “É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente” (Gil, 2008. p.119). Nessa perspectiva, o referido autor segue afirmando que “a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (GIL, 2008, p.119). Sendo assim, a observação é fundamental para o

reconhecimento do objeto de estudo assim como para o encaminhamento da própria pesquisa.

A partir da observação da realidade, foi aplicado um questionário a todos os sujeitos da pesquisa. Gil (2008, p.140), considera ser o questionário um “conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado”. Sendo assim, no presente estudo, o questionário teve a finalidade de apresentar as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre o espaço escolar público em que estão inseridos, considerando a complexidade do mesmo em suas múltiplas dimensões.

Por meio dessas duas técnicas buscou-se atingir os objetivos da pesquisa referentes ao objeto de estudo em foco. Cada questionário foi formulado de acordo com a necessidade do estudo, aplicando-se no decorrer do ano, com períodos determinados de acordo com o propósito e cronograma do estudo.

Após análise, foi elaborado um instrumento de avaliação institucional; posteriormente refletimos sobre os dados resultantes, com a finalidade de estabelecer caminhos para encaminhamento do trabalho pedagógico que atenda as necessidades de mudança identificadas pelo processo avaliativo. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, apresentando conceitos pertinentes ao processo de entendimento do objeto de pesquisa, que tem como técnicas a observação e a aplicação de questionários semi-estruturados, aplicados aos sujeitos da pesquisa que se constituíram por professores, alunos, direção, equipe pedagógica e funcionários de todos os setores, que trabalham no estabelecimento escolar observado no período diurno. A pesquisa se desenvolveu de março a dezembro de 2013, iniciando com a observação da realidade, seguindo com a revisão da literatura sobre o tema, elaboração e aplicação do instrumento de avaliação, tendo por fim a explanação e análise coletiva dos dados evidenciados pelos questionários.

O envolvimento do coletivo para pesquisa e os encaminhamentos necessários foram realizados durante reuniões pedagógicas previstas em calendário escolar e nos momentos de hora atividade dos professores, visto que a participação dos mesmos foi optativa e dependemos da aceitação da proposta. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram recolhidos no momento de

conselho de classe, seguindo o cronograma letivo de acordo com as bases normativas da (primeiro por extenso, depois sigla) SEED. Os dados e informações providas da avaliação possibilitaram a elaboração de hipóteses sobre possíveis soluções tendo em vista as deficiências da instituição, materializada pelo processo de aplicação de mecanismos que favorecem as mudanças intencionadas, sempre considerando a finalidade da educação pública de qualidade e da escola enquanto processo histórico social.

Entende-se que partir do processo de observação da realidade foi fundamental, visto que fortaleceu o propósito de diagnosticar como essa dinâmica na prática é avaliada pelos componentes do contexto escolar. As análises evidenciaram as percepções dos membros do interior da escola sobre a instituição em que atuam.

Segundo Colombo e Berbel (2007), a problematização consiste em um processo que mobiliza a observação da realidade, como etapa inicial da metodologia, com a finalidade de definir o problema a ser investigado. Considerando que, essa etapa consiste no,

início de um processo de apropriação de informações pelos participantes que são levados a observar a realidade em si, com seus próprios olhos, e a identificar-lhes as características, a fim de, mediante os estudos, poderem contribuir para a transformação da realidade observada. Os alunos, apoiados pelo professor, selecionam uma das situações e a problematizam (COLOMBO; BERBEL. 2007, p.125).

Após a definição do problema a ser investigado, a metodologia segue com “uma reflexão acerca dos possíveis fatores determinantes maiores relacionados ao problema, possibilitando uma maior compreensão da complexidade e da multideterminação do mesmo” (COLOMBO; BERBEL. 2007.p 125). De acordo com os autores, essa reflexão irá culminar na definição dos pontos chaves do estudo, cuja investigação possibilitará uma nova reflexão sobre o mesmo. Afirmam que os pontos-chave podem ser expressos de forma variada, como por “questões básicas que se apresentam para o estudo; afirmações sobre aspectos do problema; tópicos a serem investigados; ou, ainda, por outras formas” (COLOMBO; BERBEL.2007.p 125). Possibilitando-se assim a criatividade e flexibilidade nessa elaboração, após a compreensão do problema pelo grupo. Após essa etapa, a metodologia exige a teorização, que segundo Colombo e Berbel (2007.p.125), consiste no “momento de construir respostas mais

elaboradas para o problema. Os dados obtidos, registrados e tratados, são analisados e discutidos, buscando-se um sentido para eles, tendo sempre em vista o problema”. Acrescentando que todo estudo, até a etapa da teorização, deve servir de base para a transformação da realidade. Em seguida chega-se à quarta etapa, a das Hipóteses de Solução, “em que a criatividade e a originalidade devem ser bastante estimuladas para se pensar nas alternativas de solução” (COLOMBO; BERBEL, 2007, p. 125).

Por fim, a última etapa, a aplicação à realidade é aquela que possibilita o intervir, o exercitar, o manejar situações associadas à solução do problema. “A aplicação permite fixar as soluções geradas e contempla o comprometimento do pesquisador para voltar para a mesma realidade, transformando-a em algum grau” (COLOMBO; BERBEL. 2007.p125).

Todas as etapas da metodologia da problematização, tem por finalidade partir da realidade e voltar a essa realidade com condições de intervir sobre ela, a fim de mobilizar transformações. E isso potencializa a necessidade de olhar para a avaliação institucional como um instrumento capaz de favorecer essa transformação da realidade.

A pesquisa, em sua estrutura textual, discorre inicialmente sobre os conceitos referentes a avaliação institucional, pontuando a revisão bibliográfica selecionada para o presente estudo. Em seguida é realizada a análise dos dados evidenciados no processo de investigação da realidade escolar pontuando-se os elementos em comuns e divergentes que emergiram dos questionários aplicados entre os sujeitos da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Avaliação Institucional: considerações conceituais

As escolas públicas têm sido objeto de estudo por muitos pesquisadores do campo educacional, por ser um espaço que fomenta inúmeros questionamentos frente a sua finalidade formativa. Entre tais questionamentos, estão os referentes ao processo de avaliação institucional, que se legitima enquanto política de avaliação no estado do Paraná. Um dos pontos da avaliação que possui destaque é o Índice de desenvolvimento da Educação

Básica (IDEB), que corresponde a uma forma de avaliação escolar. O IDEB corresponde, como diz Antunes (2008.p.14), em um “indicador que resulta do cruzamento da notas da Prova Brasil ou Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com a taxa de aprovação dos alunos”. Isso implica em dizer que o IDEB, se firma como uma medida diagnóstica do ensino básico, constituindo-se como um instrumento de avaliação institucional. Cada escola possui seu IDEB, e nele todos os elementos relacionados ao seu desenvolvimento, considerado politicamente como fundamental ao processo de desenvolvimento de todas as instituições educativas. As discussões sobre a temática são divididas entre o entendimento que essa avaliação consiste em uma forma de controle político da educação, que objetiva ranquear as escolas e entre os que acreditam que essa forma de avaliação pode ser um instrumento de diagnóstico da realidade escolar capaz de mobilizar mudanças qualitativas no processo educativo.

A avaliação pode ser realizada para o avanço, ou para a permanência das condições do ambiente escolar. Segundo Nagel (1985), a avaliação tanto pode ser instrumento para se perseguir o desenvolvimento e o progresso como pode servir para reproduzir as coisas, os homens, enfim, a sociedade tal como ela está posta. Nessa perspectiva a avaliação para o “avanço” demonstra a insatisfação dos envolvidos com o processo educacional, frente à sociedade presente e demonstra ao mesmo tempo o desejo de mudá-la. A avaliação para a “permanência”, para a reprodução, identifica uma organização educacional onde gestores e demais participantes se apresentam desinteressados pela humanidade, desinteressados pelo futuro da sociedade, mas interessados em manter sua proposta de vida, seu projeto individual que executa, cotidianamente, na sua prática escolar.

A partir dessas considerações, a observação da realidade escolar, nos limites desse olhar, que é complexo, busca-se entender a finalidade da avaliação institucional, tendo como pressuposto, que a avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar (SOUZA, 1995), considerando *que esse processo* se constitui social e historicamente, exigindo sempre novas investigações. Pois promover a avaliação institucional é um desafio, como diz

Dias Sobrinho (1996), por ser um processo complexo, nem tanto pelas dificuldades instrumentais ou pelos tecnocratismos¹, nem tanto pela obtenção de respostas claras e pretensamente definitivas, mas, sobretudo, pelo valor das questões levantadas no debate público, ou seja, pelo impacto das perguntas que o processo deve suscitar, discutir e avaliar”. Desse modo, não importa apenas o resultado da avaliação em si, mas o processo avaliativo como um todo, pois, as provocações, questionamentos, inferências etc. promovem nos envolvidos uma auto-avaliação e, conseqüentemente, o repensar da própria atuação e de seu papel enquanto integrante do meio analisado. A vivência de tal prática tem sua pertinência no sentido de favorecer mudanças, pela ação de reflexão e o vislumbrar de melhorias passíveis de efetuação. Ao oportunizar-se a participação e a liberdade de expressão de todos os membros que integram a escola, instaura-se a ação dos próprios sujeitos no controle dos processos e ações que objetivam as melhorias intencionadas pela instituição. Segundo Thurler (1998) Insistir na auto-regulação das escolas implica em lhes conceder uma autonomia importante, tanto no estágio da explicitação dos critérios e do diagnóstico quanto no das ações empreendidas. Nesse sentido, entende-se que ao compartilharem-se decisões com componentes formativos da instituição, dá-se aos mesmos, o sentimento de pertencimento, fundamental para que se comprometam na resolução dos problemas, próprios do meio.

Dentre a pluralidade de ações possibilitadas pela avaliação, nesse estudo, seu entendimento está ligado diretamente à lógica intencional formadora e transformadora da realidade, pois parte-se do princípio que os sujeitos constituintes do quadro empírico podem se transformar em agentes de mudanças, a partir das condições organizacionais encontradas.

E é sobre essa forma de avaliação que o estudo objetiva refletir, pois “no campo da educação, até a alguns anos, a prática da avaliação era mais conhecida como atividade da escola, isto é, como avaliação da aprendizagem dos alunos na sala de aula” (LIBÂNEO, 2001, p.199). Nessa perspectiva, a avaliação era vista sob uma visão micro, relacionada ao processo de aprendizagem realizado no espaço da sala de aula, com o foco centrado no

1. Predominância da tecnocracia ou ação e poder dos tecnocratas. Tecnocratas são profissionais que contêm o conhecimento necessário para buscar novos conhecimentos visando interesses de terceiros ou pessoais, sem se preocupar com os contratempos de seus atos.

aluno e não em todos os sujeitos e processos que permeiam a avaliação enquanto processo social e histórico.

Com as transformações ocorridas no contexto social e “com a acentuação das análises mais globalizantes das relações entre a educação e o desenvolvimento econômico, ganha grande peso a avaliação dos sistemas educacionais e do conjunto das escolas” (LIBANEO, 2001, p.200). Essa forma de avaliação passa a ser observada enquanto instrumento de diagnóstico do sistema escolar de forma macro, considerando a relevância desse diagnóstico para a análise dos processos educativos de maneira contextualizada. Entende-se que, de certa forma, os instrumentos utilizados para essas avaliações apresentam limitações. Mas um dos objetivos do estudo foi analisar a importância dessas avaliações para os processos qualitativos do ensino, bem como para a aprendizagem no contexto social e histórico da escola pública.

Parte-se do entendimento de que a avaliação institucional “é uma função primordial do sistema de organização e gestão dos sistemas escolares e das escolas” (LIBANEO, 2001, p.2001). Isso porque é uma avaliação voltada para o todo da organização, sendo capaz de oferecer condições para se reconhecer, observar e analisar a escola em suas múltiplas dimensões.

Essa avaliação, também chamada de administrativa, visa à obtenção de dados quantitativos e qualitativos sobre os alunos, os professores, a estrutura organizacional, os recursos físicos e materiais, as práticas de gestão, a produtividade dos cursos e dos professores, com o objetivo de emitir juízos valorativos e tomar decisões em relação ao desenvolvimento da instituição (LIBANEO, 2001, p.2001).

Nessa perspectiva, a avaliação institucional representa um instrumento capaz de apresentar a identidade da escola, expondo suas reais condições de trabalho no contexto da totalidade, considerando sempre o objetivo e a finalidade da escola pública. Além disso, possibilita o envolvimento da comunidade escolar no processo educativo, por meio da participação ativa no diagnóstico, análise dos dados e elaboração de propostas para melhoria das limitações encontradas.

Entende-se que a avaliação institucional pode em uma perspectiva crítica, constituir-se num instrumento que apresente indicadores de qualidade sobre a educação pública. “Os indicadores de qualidade na educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola” (Unicef, PNUD, Inep-MEC, 2014, p.5). Esse é o objetivo dos indicadores de qualidade bem como da avaliação institucional. O que não pode ocorrer é o

entendimento de que a avaliação e os indicadores constituem-se em práticas burocráticas sem o movimento constante de construção da própria realidade da escola bem como de sua qualidade. É preciso ter clareza quanto ao objetivo da avaliação e dos indicadores, refletindo sobre o que avaliar como avaliar e para que avaliar, construindo-se uma consciência coletiva sobre a finalidade do processo avaliativo. Para tanto,

(...) é preciso que a escola constitua uma equipe para organizar a avaliação, planejar como será feita a mobilização da comunidade, providenciar os materiais necessários e disponibilizar espaços para reuniões as de grupos e a reunião plenária final ((Unicef, PNUD, Inep-MEC, 2014, p.9).

A avaliação precisa ser uma prática pensada, planejada, organizada sob as bases filosóficas, políticas e pedagógicas que mobilizam a educação em uma perspectiva de transformação. Sendo assim não pode ser dissociada da finalidade educacional da escola pública, que consiste na socialização do conhecimento elaborado de maneira qualitativa (Saviani, 1991). Essa finalidade deve orientar o processo avaliativo além direcionar o trabalho educativo escolar como um todo.

Considera-se que a partir da mobilização da comunidade escolar, que “é o primeiro ponto importante” (Unicef, PNUD, Inep-MEC, 2014, p.9), da avaliação institucional, será possível um diagnóstico mais preciso da realidade da escola, o que favorecerá o processo de análise bem como a construção de propostas para sua melhoria. É necessário que todos entendam que a “avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo” (Unicef, PNUD, Inep-MEC, 2014, p.27), que precisa ser feito por toda a comunidade escolar, a fim de mobilizar o envolvimento de todos na construção de uma escola pública democrática e de qualidade. Para Souza (1999):

Não é possível pensarmos em um modelo único de avaliação que atenda as escolas, pois, para que esse modelo ganhe significado institucional, precisa responder ao projeto educacional e social em curso (SOUZA, 1999, p.3).

Nesse sentido, a avaliação institucional precisa corresponder aos anseios de cada instituição, sendo construída pelos sujeitos que a constituem. Pois para que essa forma de avaliação possa promover a qualidade do trabalho escolar precisa ser democrática, abrangente, participativa e contínua (Souza, 1999). Com essas características a avaliação institucional será uma construção da

escola, representando os sujeitos que a fazem existir, e isso fará toda a diferença no processo de reconhecimento da escola como parte da vida social e histórica desses sujeitos. A vivência da avaliação nesse sentido, “impõe que se caminhe em direção ao fortalecimento dos órgãos coletivos e colegiados da gestão da escola” (SOUZA, 1999, p.6).

Campo empírico estudado

O campo de investigação constitui-se em uma escola estadual pública situada na cidade de Palotina-Paraná. Os sujeitos da pesquisa são constituídos por alunos, professores, direção, equipe pedagógica e funcionários que integram a escolarização básica (Ensino Fundamental – séries finais e Ensino Médio) da referida escola. Os sujeitos fazem parte da escola no período diurno e representam todos os setores da escola.

Usou-se como instrumento para esse estudo amostral de coleta de informações, a aplicação de questionários a duas populações distintas. Os respondentes da primeira etapa foram alunos da educação básica do período diurno.

Foram questionados sobre os seguintes indicadores: Escola: Situações Coletivas; Relacionamento; Etapa de Ensino e Situação profissional dos docentes. Foram dadas as opções: Muito Bom – Bom – Regular – Ruim
Nos Indicadores: Oferta de informações e atividades; Percepção quanto às aulas e professores. Foram dadas as seguintes opções: Muitas Vezes – Poucas Vezes – Nunca

Na seqüência o indicador que compreende a avaliação da etapa de ensino que cursam, foi respondido pelas alternativas: Plenamente – Satisfatoriamente – Com algumas restrições - Com restrições
Fechando a entrevista, duas questões abertas: Disciplina que ocorre maior aprendizagem e Disciplina (s) com maior dificuldade.

Os sujeitos integrantes da população de estudantes se constituíram de 157 alunos das séries finais do ensino fundamental do 6º ao 9º Anos, sendo que nessa etapa de ensino, apenas o 6º Ano compõe-se por Turmas A e B, as

demais (7º Ano, 8º Ano e 9º Ano), são de apenas uma turma; e do Ensino Médio 1º, 2º e 3º Anos com uma turma de cada Ano.

Para viabilizar a aplicação da proposta, cada coordenador em seu período de atuação (1 matutino e 1 vespertino), foi responsabilizado por administrar da melhor forma, com a permissão do professor, a prática de auto avaliação escolar.

Os respondentes das 2.^a fase foram os profissionais da escola, 2.^a etapa do processo. Usou-se o mesmo método de abordagem, com 5 Indicadores dimensionados por : Ambiente Educativo, Prática Pedagógica, Avaliação, Gestão Escolar Democrática e Formação e Condição de Trabalho dos Profissionais da Escola. Considerando-se as seguintes possibilidades para resposta: Sempre – Às vezes – Raramente – Nunca. Foram entregues 30 questionários para coleta de dados, sendo que desses, 18 retornaram preenchidos.

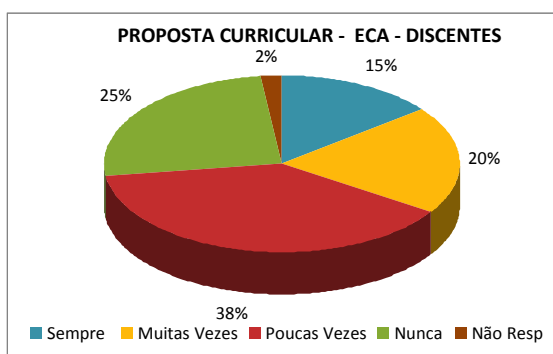
A partir dos dados analisados nos questionários dos discentes e docentes é possível reconhecer que existem pontos relevantes e comuns nos questionários ofertados aos professores e alunos. Esses pontos em comum correspondem ao ambiente educativo, pontuando os conteúdos escolares, ao planejamento, ao desenvolvimento das práticas pedagógicas no contexto escolar e ao ambiente educativo em si.

A seguir, analisaremos um a um:

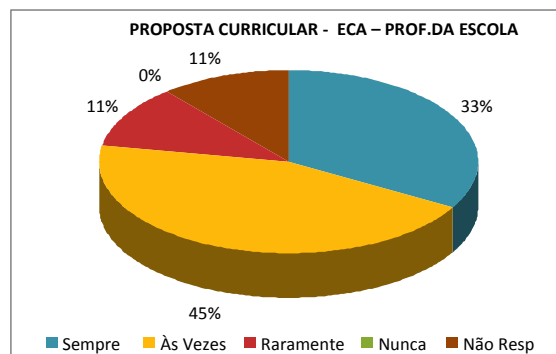
Proposta Curricular: conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

PROPOSTA CURRICULAR – ECA – DISCENTES-	
Sempre	23
Muitas Vezes	31
Poucas Vezes	61
Nunca	40
Não Resp	3

PROPOSTA CURRICULAR – ECA - PROFISSIONAIS DA ESCOLA	
Sempre	6
Às Vezes	8
Raramente	2
Nunca	0
Não Resp	2



FONTE: Banco de dados da pesquisadora



FONTE: Banco de dados da pesquisadora

No contexto do ambiente educativo, alguns pontos foram evidenciados de forma mais específica, relacionados aos conteúdos escolares, referentes ao conhecimento sobre o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dados apontam que essa temática no contexto escolar, não tem uma discussão coerente com as necessidades de aprendizagem, tanto por parte dos professores como por parte dos alunos. Dos alunos respondentes 64% afirmam que poucas vezes ou nunca, são abordados temas referentes ao tema. Dos professores e demais funcionários respondentes 55% afirmam que essa temática é discutida às vezes ou raramente no ambiente educativo. Tais dados demonstram a necessidade evidente de se repensar o estudo dessa temática no contexto educativo, considerando que é parte integrante do processo de formação escolar, assegurada nas bases normativas da proposta curricular da escola. Os professores e demais funcionários, propõem que a mantenedora realize ações no sentido de atender a essa necessidade de estudo, para se ter condições de desenvolver ações educativas envolvendo a temática.

Esses resultados associam-se ao que Massayuki (2014) discute, quando evidencia que o conhecimento sobre o estatuto é um pouco limitado e estereotipado, pois os discursos dos educadores representam o ECA como facilitador da indisciplina, mas ao mesmo tempo indicam que se avançou na conquista de direitos de crianças e adolescentes, desde que melhor executado. Demonstrando assim, que de certa forma, o professor não discute a temática por não ter aporte teórico seguro sobre o mesmo. Kodato (2014), destaca que os educadores, muitas vezes acuados com a hostilidade dos alunos e seus familiares, reclamam que as medidas e recomendações do ECA, sobre a contenção da violência não são colocadas em prática na escola, permanecendo no plano teórico e alimentando o caos. Com isso, prevalece o clima de desacato à figura de autoridade, a falta de limites, sendo que os direitos de adolescentes que querem aulas e aprendizagem ficam prejudicados

pelos que estão excluídos do processo pedagógico e que adotam conduta agressiva e transgressiva como uma forma de fornecer sentido a permanência cotidiana na escola. Nesse sentido entende-se que é urgente a necessidade de conhecer o ECA, de maneira consistente, para que as ações do cotidiano escolar possam ser administradas com conhecimento normativo, ampliando-se a discussão para além do senso comum, que muitas vezes se evidencia no contexto escolar.

Kodato (2014), destaca ainda que os professores têm consciência da necessidade de detectar, cuidar e notificar ao Conselho Tutelar, os casos de alunos violentados e maltratados, em suas famílias e comunidades de origem. Mas, muitas vezes, preferem se omitir, em função de medo, do temor de vingança por parte dos denunciados e porque os encarregados de coibir a violência não estão conseguindo efetivar a averiguação das denúncias e culpabilização dos responsáveis.

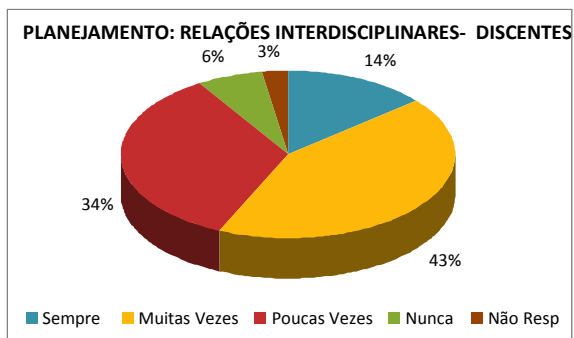
Tanto Kodato como Massayuki (2014) comentam que a forma como os educadores representam o estatuto influencia nas relações pedagógicas e desencadeia problemas que refletem negativamente no trabalho de todos na escola. Acrescentam que no caso do professor que desconhece o ECA, e está na sala de aula, ao presenciar relações conflituosas e brigas promovidas pelos estudantes indisciplinados, poderá representar essa violência como delituosa, se eximindo de mediar o conflito e encaminhando para a hierarquia superior ou mesmo a Ronda Escolar.

Nesse sentido, fica evidente que o conhecimento sobre o ECA, é fundamental no contexto educativo, pois é um instrumento normativo que instrumentaliza as práticas pedagógicas, assegurando ao alunos, professores e demais funcionários o direito de entendimento sobre o que se evidencia no ECA.

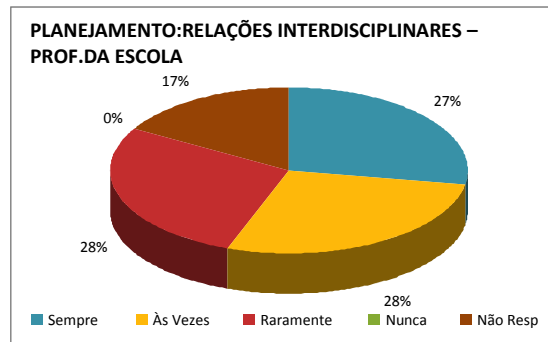
Planejamento: Relações interdisciplinares do conhecimento na práxis pedagógica

PLANEJAMENTO: RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES- DISCENTES	
Sempre	22
Muitas Vezes	67
Poucas Vezes	54
Nunca	10
Não Resp	4

PLANEJAMENTO: RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES - PROFISSIONAIS DA ESCOLA	
Sempre	5
Às Vezes	5
Raramente	5
Nunca	0
Não Resp	3



FONTE: Banco de dados da pesquisadora



FONTE: Banco de dados da pesquisadora

Os dados evidenciam que para alunos e professores o processo de planejamento não se desenvolve de maneira associada ao contexto da realidade cotidiana; 40% dos alunos afirmam que durante as aulas, de modo geral os professores não relacionam (ou fazem isso poucas vezes) os conhecimentos ministrados com outras áreas. Demonstrando assim que o processo de ensino se fundamenta em práticas fragmentadas, sem articulação interdisciplinar. Tal prática fica explícita quando 55% dos professores respondentes afirmam que realizam raramente a troca de experiências entre os pares ou planejam aulas juntos. Demonstrando que o trabalho educativo se desenvolve em grande parte de forma individual, cada qual em sua disciplina, pontuando os conhecimentos de forma específica sem integrá-los ao contexto da totalidade que o constitui enquanto processo social e histórico.

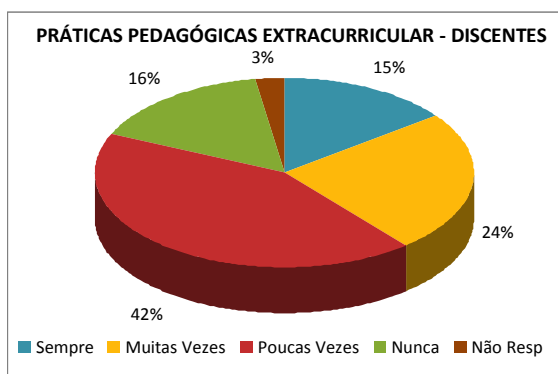
Percebe-se assim que se faz necessário a Integração e interdisciplinaridade curriculares, dando significado e relevância aos conteúdos, articulados com a realidade social, cultural e histórica, realizando-se o que Libâneo (2001), chama de transposição didática. Além disso, é evidente a necessidade de se potencializar a capacidade dos alunos no processo de apropriação e construção do conhecimento a partir de sua vivência investigativa, por meio do aperfeiçoamento da prática pedagógica enquanto inerente ao processo educativo.

A partir da análise das informações expostas por professores e alunos, o processo de planejamento exige um repensar sobre seu desenvolvimento, compreendendo a práxis pedagógica enquanto elemento formativo. Além disso, exige que a concepção de formação deva se pautar no desenvolvimento de uma sólida formação teórica e interdisciplinar no campo da educação e nas áreas específicas de ensino, articulando-se a teoria a prática como partes do mesmo processo.

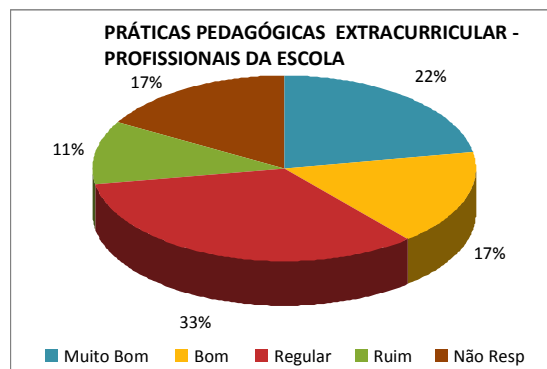
Práticas Pedagógicas - Extracurriculares

PRÁTICA PEDAGÓGICA EXTRACURRICULAR - DISCENTE	
Sempre	23
Muitas Vezes	38
Poucas Vezes	67
Nunca	35
Não Resp	4

PRÁTICA PEDAGÓGICA EXTRACURRICULAR - PROFISSIONAIS DA ESCOLA	
Sempre	4
Às Vezes	3
Raramente	6
Nunca	2
Não Resp	3



FONTE: Banco de dados da pesquisadora



FONTE: Banco de dados da pesquisadora

Outro ponto relevante que se evidencia na análise dos dados se refere às práticas pedagógicas realizadas no contexto escolar. Por parte dos alunos 59%, dos respondentes avaliam que são poucas vezes ou nunca, ofertadas outras possibilidades no espaço escolar além das aulas consideradas tradicionais. Afirmando que gostariam de participar de outras atividades que os envolvessem mais, de forma extracurricular. Quanto aos professores, 44% dos respondentes, disseram que as atividades ofertadas de forma extracurricular são ruins ou regulares; frente aos demais (38% que dizem estar satisfeitos).

O fato é que alunos e professores expõem que a condução de atividades extracurriculares, exige uma atenção maior no espaço escolar. Para os alunos, práticas mais inovadoras são indispensáveis ao processo de aprendizagem, pois, mobilizam o interesse e a motivação para aprender de maneira significativa.

Tais informações não são evidentes apenas no contexto da análise de estudo. Muitos pesquisadores já apontam que tanto a avaliação central, como as dos sistemas de ensino e das escolas precisam compreender que o sucesso ou o fracasso dos estudantes é resultado de uma série de fatores extra-escolares e intra-escolares, que intervêm no processo educativo. Dessa forma, a avaliação deve considerar o rendimento escolar, mas deve, também, situar as outras variáveis que

contribuem para a aprendizagem, tais como: os contextos culturais nos quais se realizam os processos de ensino e aprendizagem. Isso significa dizer que o próprio processo de avaliação institucional se constitui como um instrumento favorável ao processo educativo quando aponta as fragilidades e necessidades a serem superadas no contexto escolar. Nesse sentido, as práticas extracurriculares são evidenciadas como uma necessidade do processo educativo que a escola precisa repensar, considerando sua função social, que de acordo com Saviani (1991), consiste na socialização e apropriação do conhecimento sistematizado. Quanto à função social da educação, cabe destacar também o entendimento de que a educação é processo e uma prática social constituída e constituinte das relações sociais mais amplas.

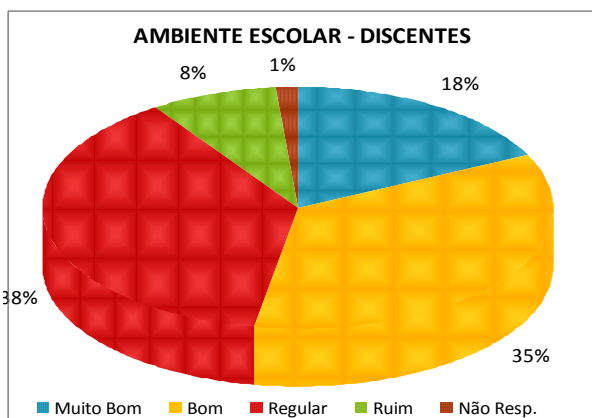
Essa concepção de educação, além de ampliar os espaços por onde pode ocorrer, sinaliza para a importância de que ela seja um processo contínuo de formação, ao longo da vida. Assim, para se concretizar como direito inalienável do cidadão, em consonância com o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a prática social da educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às diferenciadas demandas.

Sob essa perspectiva, entende-se que as atividades extracurriculares podem se constituir em um instrumento favorável de associação do saber escolar com a prática de vivência dos alunos e professores, articulando de forma significativa os saberes formais e informais, favorecendo o desenvolvimento qualitativo do processo educativo.

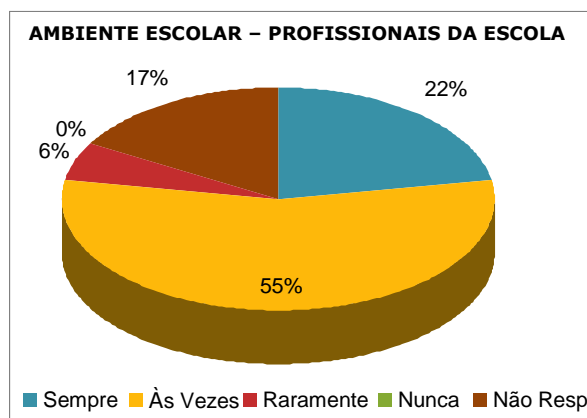
Ambiente escolar: espaço físico

AMBIENTE ESCOLAR – ESPAÇO FÍSICO-PROFISSIONAIS DA ESCOLA	
Sempre	4
Às Vezes	10
Raramente	1
Nunca	0
Não Resp	3

AMBIENTE ESCOLAR – ESPAÇO FÍSICO-DISCENTES	
Muito Bom	28
Bom	55
Regular	59
Ruim	13
Não Resp	2



FONTE: Banco de dados da pesquisadora



FONTE: Banco de dados da pesquisadora

Observando as informações obtidas pela análise dos dados, evidencia-se que os 46% dos alunos consideram o ambiente escolar (estrutura física observando-se a higiene e limpeza geral) ruim ou regular. Associando as respostas dos professores e demais funcionários, 60% dos respondentes dizem a mesma coisa, apontando a insuficiência de funcionários para a realização das práticas de limpeza do ambiente escolar, considerando que os que existem não possuem condições reais de dar conta das atividades necessárias.

Entende-se que a falta de funcionários para a realização da manutenção do espaço escolar é um fato comum, pois não depende somente da necessidade, mas das condições normativas que regem o processo de contratação de pessoal. Essa condição implica em ações burocráticas que nem sempre favorecem as demandas da escola. Fomenta-se assim que a falta de pessoal, independentemente do setor de atuação, prejudica o andamento e as condições gerais da instituição, considerando a importância que cada membro possui no espaço escolar de atuação. Isso porque, como afirma Libâneo (2001, p.175), “a estrutura organizacional e o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe é um elemento indispensável para o funcionamento da escola”. Nesse sentido, evidencia-se que a falta de pessoal influencia significativamente no desenvolvimento do todo da escola, considerando que cada membro tem sua função e seu papel no processo educativo.

Considerações finais:

Por meio do estudo foi possível evidenciar que mais importante que a própria implementação da avaliação institucional é seu processo de construção. Nesse processo encontram-se todos os elementos pertinentes a uma proposta de avaliação institucional capaz de oferecer suporte para um olhar crítico sobre a realidade da

instituição escolar. Nesse sentido, a avaliação se configura como subsídio ao trabalho pedagógico cumprindo com a sua tarefa de mobilização e provocação nos membros de todo o colegiado, promovendo a autoconsciência, prerrogativa que a diferencia das demais formas avaliativas.

Compreende-se que os resultados obtidos, avaliados do ponto de vista do trabalho de coordenação pedagógica, compreendem mais do que o desempenho da escola extraído por exames padronizados. Isso porque se examinados e discutidos com coerência, pontuam indicadores que efetivamente interferem na qualidade da educação e no desempenho dos estudantes, sendo esses, passíveis de intervenção pela própria dinâmica da escola e pelos membros que a constituem. Consideramos importante destacar que a avaliação nesse sentido ultrapassa os pressupostos políticos de sua implementação, pois traz à tona, uma perspectiva nova, na qual a prática avaliativa vem a se configurar como um instrumento de análise da realidade escolar em seu contexto. Além disso, passa a ser um processo permanente de observação dessa realidade a fim de modificá-la em prol da melhoria dos aspectos qualitativos da educação.

Compreende-se que, tendo como base os indicadores de qualidade educacional, estatisticamente mensurados em relação à escola pública, é possível oportunizar saberes que estão além da sala de aula. Isso em função de sua capacidade de promover mudanças que atendam aos anseios dos estudantes atreladas ao princípio escolar de garantir a aprendizagem efetiva em relação aos conteúdos curriculares, de modo que esse processo formativo promova sua finalidade educativa.

Acrescenta-se que à medida que as escolas, a partir de sua autonomia, desenvolvem seus sistemas de avaliação, conquistam o poder de explorar as fragilidades que requerem atenção maior, expondo a relação dessas, com a melhoria da aprendizagem dos estudantes integrando-as ao contexto escolar. A conquista da autonomia é um processo de luta, considerando as condições e o contexto social e histórico no qual a escola e seus sujeitos estão inseridos. Porém, pontuamos que a avaliação institucional, pode vir a ser instrumento a essa luta, oferecendo elementos concretos sobre as necessidades e fragilidades da escola, assim como das questões que permeiam a prática educativa no contexto da totalidade. Isso porque, a abrangência da avaliação institucional se associada a outros exames através de comparações pedagógicas justas, expõe às limitações e

necessidades de cada um dos setores da escola, possibilitando o direcionamento de atenção para os problemas emergentes e aqueles recorrentes que exigem ações prudentes e conjuntas. O valor dessa proposta articula-se as inferências pretendidas de promoção e do envolvimento de todos os profissionais, equipe gestora e discentes para que os objetivos intencionados sejam alcançados.

Nos limites do estudo, que exige novos questionamentos frente à avaliação institucional, ressaltamos que essa é de fundamental importância frente ao trabalho de coordenação pedagógica, pois exige o comprometido com a prática democrática de administração tendo em vista sua relevância enquanto ferramenta potencial do trabalho pedagógico, pelas características singulares e sensíveis ao contexto de investigação.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Celso. **Uma escola de excelente qualidade**. São Paulo: ciranda cultural, 2008.

BERBEL, Neusi Aparecida Nava. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas**. Interface ,comunic, saúde, educ 2. Fevereiro, 1998.

COLOMBO; BERBEL. **A metodologia da problematização**. Semina: Ciências sociais e humanas. V.28,n.2.121 a 146. jul/dez 2007. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/3733/2999>. acesso em 09 de julho de 2014.

DIAS SOBRINHO, José. (1996). **Avaliação Institucional**. Marcos Teóricos e Políticos, Revista da Avaliação, vol.1, num.1, Universidade de Sorocaba, S. Paulo.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. Unicef, Pnud, INEP, Inep-MEC. (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2004, 1ª edição.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?** Série Ideias (8): 71-80. Fundação para o desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, sociedade e escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação-SEED/PR, 1985.

SOUSA, Sandra Maria Zákia. **Avaliação da aprendizagem: teoria, legislação e prática no cotidiano de escolas de 1º grau**. Série Ideias (8): 106 a 118. Fundação para o desenvolvimento da Educação. São Paulo,1990.

SOUZA, Sandra Maria Zákia. **Avaliação Institucional: Elementos para discussão**. Texto que reproduz parcialmente a palestra realizada pela autora no seminário “ o ensino municipal e a educação brasileira”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo ,em 04/08/1999.

SOUSA, Sandra Maria Zákia. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**.In: LUCE ,M.B. e MEDEIROS, I.L.P. (Org.). Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.135- 142.

THURLHER, Monica Gather. **A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive**. Universidade de Genebra e de Fribourg, 1998.

